



4

Ata da reunião extraordinária de Assembleia Municipal realizada a 25 de janeiro de 2019

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Único – Transferência de Competências – Não Assumpção de Competências no Âmbito dos Diplomas Setoriais -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a qual cumprimentou todos os presentes e informou que na sequência do falecimento do marido da Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi entregue uma coroa de flores, em nome de todos os eleitos. -----

Ainda no uso da palavra, a Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal solicitou que o eleito senhor Rui Páscoa pudesse integrar a mesa dos trabalhos, devido à ausência da Sra. Presidente da Assembleia. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Joaquim Galvão o qual, em nome da bancada do PS, manifestou sentidas condolências à Sra. Presidente da Assembleia pelo falecimento de seu esposo. -----

Seguidamente procedeu-se à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----  
Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, António Manuel Martins em substituição de Vitalina Roque Sofio, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Dília Bento em substituição de Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Dora Serrano em substituição de Sónia Cristina dos Ramos, Duarte Manuel Vicente da Luz, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, João Miguel Amaro Marques, Jorge Miguel Valverde Mestrinho em substituição de António Joaquim Danado, José Maria Barroso Fernandes, Lina Graça Maltês em substituição de Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Manuel António Coelho, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nuno Rato em substituição de José Carlos das Dores Zorrinho, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Susana Raquel Vicente Mendes, registando-se vinte e sete presenças.-----

Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Carmen Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores António Pinetra, Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão. -----

Não participaram nesta sessão as eleitas Maria de Fátima Breia e Vitalina Roque Sofio, tendo ambas justificado a sua ausência. -----

B

Deu-se início à ordem de trabalhos:-----  
Ponto Único – Transferência de Competências – Não Assumpção de Competências no  
Âmbito dos Diplomas Setoriais -----

Retomou o uso da palavra a Sra. Primeira Secretária da Mesa dizendo que a necessidade da realização desta sessão extraordinária surge no âmbito da deliberação, tomada no passado dia onze de setembro de dois mil e dezoito, também em sessão extraordinária deste órgão, sobre a transferência de competências da Administração Central para as autarquias locais, a realizar em dois mil e dezanove. -----

Entretanto, no âmbito da referida legislação (Lei 50/2018, de 16/08) foram publicados onze diplomas, durante o mês de novembro. Tendo em conta os prazos exigidos relativamente à pronúncia por parte dos órgãos deliberativos, foi convocada a presente sessão extraordinária, por iniciativa da Sra. Presidente da Assembleia, para uma tomada de decisão. -----

Ainda no uso da palavra, a Sra. Primeira Secretária informou que a Câmara Municipal já se pronunciou pela não assunção de competências, em sessão realizada no dia vinte e três de janeiro de dois mil e dezanove. -----

De seguida deu a palavra à Sra. Presidente da Câmara Municipal a qual referiu que também os eleitos da Câmara Municipal enviaram as condolências à Sra. Presidente da Assembleia Municipal e família. Relativamente à proposta em análise, disse que todas as preocupações e dúvidas que a Câmara Municipal tinha relativamente a esta matéria, à data de setembro de dois mil e dezoito, foram reforçadas após a publicação e apreciação destes diplomas setoriais. Disse também que um processo sério de descentralização de competências não pode ser dissociado da criação das regiões administrativas e da reposição de freguesias que foram extintas e nesse âmbito a Câmara Municipal tomou a decisão da não aceitação dessa transferência de competências, para os anos de dois e dezanove e dois mil e vinte, relativamente ao concelho de Montemor-o-Novo. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Pedro Bento para afirmar que após análise do documento considera que a autarquia ao negar a transferência de competência em todas as áreas, está também a negar aos munícipes, e a todos os que nos visitam uma melhor qualidade de vida. Disse ainda que num processo com esta importância, deveriam ter sido ouvidas e envolvidas nesta discussão as outras forças políticas eleitas nos diversos órgãos, a sociedade montemorense, o movimento associativo, o agrupamento de escolas, e demais agentes locais, de modo a auxiliar na tomada de decisão, relativamente a cada área. Terminou a sua intervenção dizendo que os eleitos pelo Partido Socialista votarão contra esta proposta, por todas as razões apresentadas. Interveio de seguida o eleito senhor Joaquim Gervásio dizendo que um processo desta natureza não pode apenas impor competências, sem haver quaisquer negociações com as autarquias. Na sua opinião, descentralizar é muito mais do que delegar tarefas ou serviços, implica não só transferir competências, mas também os respetivos meios financeiros, o poder de decisão e o património associado. Disse ainda que a este processo acresce a ausência de dois fatores relevantes: a criação de regiões administrativas e a reposição das freguesias extintas, contra a vontade das populações. Acrescentou ainda que só a regionalização permitiria um desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso do território, com vista à eliminação das assimetrias regionais. A reposição das freguesias permitiria repor o nível de proximidade do Estado

14

às populações, que, entretanto, se perdeu. Desconhece se foi realizado algum estudo rigoroso de avaliação do impacto desta transferência de competências para as autarquias, quer a nível financeiro, técnico, de recursos humanos e organizacional. ----- Disse ainda que legislação aprovada até ao momento não garante a transferência de meios adequados, referindo apenas que se encontram previstos no orçamento de Estado. Os eleitos pela CDU defendem que os diplomas setoriais não deveriam assumir a figura de decretos-lei, mas sim de propostas de lei, possibilitando a sua apreciação e discussão na Assembleia da República. Terminou a sua intervenção dizendo que os eleitos pela CDU votarão favoravelmente a proposta apresentada de não assunção de competências para as autarquias locais. -----

O eleito senhor Augusto Pascoal referiu de seguida que, na sua opinião, seria muito bom poder encontrar a nível do concelho, o melhor e o fundamental para servir os munícipes, porque apenas se está a pensar numa lógica partidária. -----

Acrescentou ainda que o nosso concelho continua a ter muitos munícipes que não têm facilidade em deslocar-se à cidade para tratar dos seus assuntos, o que poderia ser de alguma maneira resolvido com a instalação dos Espaços do Cidadão. Considera que as visitas do executivo às freguesias são insuficientes, mantém-se uma política de distanciamento para com as populações. Considera que deveria haver uma prévia discussão, devidamente documentada, por exemplo, no que respeita ao setor da educação, no sentido de assim se perceber até que ponto a descentralização de competências nesta área poderá trazer benefícios ao nosso concelho. -----

Pedi a palavra o eleito senhor António Xavier para dizer que o se está a discutir é se aceitamos ou não aceitamos uma coisa que desconhecemos. Todo este processo teve por base, quando foi aprovada, a lei número setenta de dois mil e treze de doze de setembro, a qual está a ser violada porque o governo não promoveu qualquer estudo relativamente ao impacto da transferência de competências. -----

Tanto o Parque Escolar como o Parque de Saúde têm bastantes necessidades, no entanto o governo não tem transferido os meios necessários. Considera que os municípios não podem ser tratados de igual modo nestas questões, porque um concelho do litoral tem uma realidade totalmente distinta de um concelho do interior.- De seguida, usou da palavra o eleito senhor Luis Machado para dizer que os eleitos pelo Partido Socialista estão a sugerir que, relativamente a este processo, possamos todos aceitar o que desconhecemos, o que não faz qualquer sentido. -----

Ainda no uso da palavra, questionou a Câmara Municipal se relativamente a esta matéria efetuou contactos com associações ou outras entidades do concelho. -----

O eleito pela CDU, senhor Alexandre Pirata afirmou que este tema exige um debate muito importante, porque o que está em causa são as condições de vida das populações. Referiu, de seguida, que são bem conhecidas as consequências negativas da criação das Uniões de Freguesia, por todo o país, uma vez que não houve qualquer redução de custos, assim como a qualidade dos serviços prestados se degradou. Acrescentou ainda que uma grande maioria de autarquias, de norte a sul do país, já se pronunciou contra esta transferência de competências, sendo transversal às diferentes forças políticas. Trata-se pois, de uma questão de bom senso e não apenas uma questão política, pois a maior percentagem das autarquias que votaram contra são de gestão socialista. -----

Pediu a palavra a eleita senhora Paula Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, para dizer que o executivo desta freguesia não tem qualquer receio em receber o Espaço do Cidadão, relatando de seguida uma situação de dois fregueses, os quais recorreram à Junta de Freguesia, no sentido de obter apoio no tratamento de uma questão relacionada com a Segurança Social, em Montemor-o-Novo, por impossibilidade de o fazerem, pelos meios próprios. -----

Pediu de seguida a palavra, o eleito senhor António Fitas, Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão dizendo que perante as várias afirmações dos eleitos do CDS-PP nesta Assembleia Municipal, verifica-se que não são apenas os eleitos da CDU que não concordam com este processo de transferência de competências. Na sua opinião, o governo apenas pretende “sacudir a água ao seu capote”. Acrescentou que naturalmente nenhum dos órgãos se está a recusar a receber novas competências, desde que sejam também assegurados os respetivos meios humanos, materiais e financeiros. Ainda no uso da palavra, referiu que no âmbito do Espaço do Cidadão, não existe informação sobre quais as competências/formação que os funcionários deverão ter para poder assumir tais funções. -----

Interveio o eleito senhor Joaquim Galvão para dizer que ainda se desconhece se os diplomas serão ou não benéficos para a população, uma vez que ainda não foram publicados. Manifestou alguma estranheza relativamente à posição dos eleitos pelo CDS-PP, quanto a esta questão. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Pedro Bento salientando que o que estamos a discutir são as implicações no nosso concelho e não as deliberações já tomadas por outros. ----

Relativamente às intervenções dos eleitos pelo Partido Socialista sobre o estudo, o eleito senhor António Xavier referiu que o que está em causa nesta discussão é o que se pretende que seja transferido para a gestão das autarquias locais. -----

Voltou a usar da palavra o eleito senhor Luis Machado dizendo que foi eleito para representar os munícipes e por isso recusa-se a aceitar um cheque em branco. -----

O eleito senhor Joaquim Bastos afirmou que a proposta apresentada corresponde à anterior tomada de posição dos eleitos pela CDU, em setembro de dois mil e dezoito. Na sua opinião as freguesias do concelho são completamente distintas, sendo que por essa mesma razão poderiam também tomar decisões distintas sobre esta matéria. Sugeriu que pudesse haver um debate de ideias sobre esta questão. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre interveio para dizer que as freguesias não estão contra o Espaço do Cidadão, porque se devem debater sempre pelo melhor, em prol das populações. Muitas das freguesias já executam funções do Espaço do Cidadão. Concluiu, dizendo que a partir do momento que o governo concretizar quais os meios humanos e financeiros a transferir, por certo as freguesias não recusarão essas competências. -----

Pediu a palavra o senhor Jorge Mestrinho, Secretário da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para apresentar um requerimento à mesa no sentido de ser colocado à votação o documento em discussão. Disse de seguida que o prazo estabelecido para pronuncia das autarquias é de sessenta dias, considerando ser impossível elaborar qualquer tipo de estudo, nesse espaço de tempo, sobre o impacto relativamente a estes diplomas, os quais ainda nem se encontram regulamentados. Referiu ainda que, apesar de ainda não ter sido publicado nenhum

diploma setorial sobre a educação, o Conselho Municipal de Educação já se pronunciou de forma negativa relativamente a este tema.

A Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia colocou à votação o requerimento colocado à mesa, o qual foi aprovado com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU, dez votos contra dos eleitos pelo PS e CDS-PP e uma abstenção da eleita pelo PSD. -----

De seguida foi colocado o documento à votação: -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU; oito votos contra dos eleitos pelo PS; e três abstenções dos eleitos pelo CDS-PP(2) e da eleita pelo PSD (1). -----

A mesa procedeu, de seguida, à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida, foi concedida a palavra ao público presente, não havendo nenhum pedido para uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia, eram vinte e duas horas e trinta minutos. -----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal

  
Sandra Cristina Esperança Matias

A Assistente Técnica

  
Helena Bazilisa Rodrigues